

“Devemos esperar o melhor desde que estejamos preparados para o pior”

Com a entrada em vigor do Estado de Contingência para a preparação do próximo outono e inverno, a pandemia do novo coronavírus continua no centro das atenções das autoridades centrais e, em especial, dos profissionais de saúde. Para o Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos (SRNOM), António Araújo, este é o momento de cuidar de quem cuida, garantindo um Serviço Nacional de Saúde (SNS) estável e preparado para as adversidades.

A pandemia do novo coronavírus, responsável pela doença de COVID-19, continua a ser a principal preocupação de Portugal e do mundo. No início de agosto de 2020, já se contabilizavam mais de 22 milhões de pessoas infetadas e 778.557 mortes em 196 países. O surto, que começou em dezembro, na China, e em poucas semanas se espalhou pelo mundo, chegou a Portugal em março. Volvidos seis meses, já se confirmaram mais de 56 mil casos e mais de 1800 mortes, evidenciando-se um elevado risco de contágio e, principalmente, a exigência que a pandemia coloca sobre as instituições de saúde e seus profissionais.

O Prof. Dr. António Araújo conhece bem o cenário enfrentado pelos hospitais portugueses nestes últimos meses. Além de ser médico especialista em Medicina Interna e Oncologia, conjuga o seu trabalho clínico com a direção do Serviço de Oncologia Médica do Centro Hospitalar Universitário do Porto e, desde 2017, preside ao Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos (CRNOM). “É evidente que ninguém estava pre-

parado para uma pandemia como esta”, começa por reconhecer o clínico, chamando a atenção para as dificuldades sentidas em muitos outros países, não obstante a sua dimensão ou capacidade.

“Milagre português” tornou-se, durante a fase de confinamento, numa expressão usual, espelhando um país onde os números de infeção e morte eram consideravelmente inferiores aos registados noutras latitudes. Para António Araújo, esse “milagre” deve-se a três fatores: o sentido de compromisso dos profissionais de saúde, a coordenação dos conselhos de administração de vários hospitais e, finalmente, a atuação de alguns autarcas, que gizaram soluções à escala da sua região.

“O período pós-confinamento não tem corrido tão bem, pois continuamos sem uma direção clara da tutela e compreensível para cidadãos.”

Mas, chegada a fase de desconfinamento e retoma da atividade económica, o Presidente do CRNOM é frontal e direto no balanço traçado: “faltou uma orientação firme e clara da tutela, nomeadamente do Governo, do Ministério da Saúde e da Direção-Geral da Saúde”, o que se traduziu em mensagens contraditórias sobre o uso de máscaras ou sobre o risco de contágio em transportes públicos, por exemplo. Para o clínico, os meses que se sucederam ao confinamento “não correram bem” e, como resultado, deparamo-nos com um tecido social menos ativo nas medidas de precaução. E, porque a incerteza, a ansiedade e o medo se propagam tão rapidamente quanto o vírus, António Araújo realça ainda a importância de o país ter dirigentes que “não infantilizem a população” nem “minimizem os efeitos da pandemia”. Ou seja, “que falem claro e que digam a verdade”.

Podemos então dizer que o desconfinamento foi precoce? “Inevitavelmente, seria impossível que o país continuasse parado”, defende o responsável do norte da Ordem dos Médicos (OM), sublinhando, no entanto, que “a população deve estar claramente informada de forma a minimizar os riscos”.

Um SNS “muito bom, mas muito frágil”

A pandemia de SARS-CoV-2 pôs em evidência algumas das fragilidades crónicas do SNS, além de colocar sérios desafios à sua solidez financeira. Segundo um relatório divulgado em julho pelo Conselho de Finanças Públicas, “a atual crise expôs de forma ainda mais premente as diferentes fragilidades financeiras e constrangimentos na capacidade de resposta do SNS”. O baixo número de camas de cuidados intensivos, o reduzido aprovisionamento de material de proteção individual e a dificuldade em conciliar, nas várias unidades de saúde, a resposta à pandemia com o tratamento de outras patologias foram algumas das carências apontadas no relatório.

Nas palavras do Presidente da SRNOM, a pandemia demonstrou que, de facto, estamos perante um SNS “muito bom, mas muito frágil”. Afinal, com a Covid-19 no epicentro do atendimento médico, muitas doenças ficaram por diagnosticar e muitos tratamentos se adiaram, “com grande prejuízo para os cidadãos”. Recorde-se, a este propósito, que foram realizadas em maio menos 902 mil consultas no serviço público e menos 85 mil cirurgias, comparando com o período homólogo.



António Araújo, Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos

Por outro lado, também se alterou a forma de atendimento. Com várias unidades de saúde ainda em trabalho reduzido e exames suspensos, muitas consultas estão a ser realizadas por chamada ou videochamada, impossibilitando exames físicos, rastreios e, inclusive, a empatia e o contato humano que são tão indispensáveis ao ato médico.

Não obstante, dados mais recentes revelam sinais de melhoria: em junho as consultas realizadas no SNS aumentaram 75% em comparação com o mês de abril – um número, contudo, ainda baixo quando comparado com a situação dos hospitais antes da pandemia.

Como preparar o futuro?

A taxa de internamento do SNS, antes do surgimento do SARS-CoV-2, rondava em média os 55% e, no inverno, superava os 100%. Com a expectativa de uma nova vaga de contágio e o receio de que o país não consiga responder condignamente, preparar o SNS para o próximo outono e inverno torna-se fundamental.

Capacidade de antecipação e coordenação de resposta são as principais medidas apontadas por António Araújo para evitar um novo aumento das necessidades do SNS. “Devemos esperar o melhor desde que estejamos preparados para o pior, e isso não está a acontecer”, sublinha. Mas o que significa isto em termos práticos? Planear e gizar um plano de contingência nacional que envolva, por exemplo, o aumento da interligação entre hospitais e entre estes e os cuidados de saúde primários; criação de hospitais de retaguarda e preparação das respetivas equipas (para reduzir a sobrelotação de camas e assegurar os cuidados aos doentes com outras patologias); rever o papel dos cuidados de saúde primários e o dos médicos de saúde pública para a fase crítica; e criação de campanhas publicitárias para incrementar a taxa de vacinados contra a gripe sazonal. Estas são algumas das medidas apontadas pelo nosso interlocutor, as quais complementam os já conhecidos cuidados de proteção e higiene.

Por outro lado, António Araújo defende uma maior aposta na rede de cuidados continuados e paliativos, já que muitos hospitais estão sobrelotados com doentes residentes. “Não podemos continuar a prestar um serviço que esteja sempre no limite, pois perde-se a capacidade de contrariar as adversidades inesperadas”, realça.

“Os profissionais de saúde precisam de ser acarinhados pela tutela, que os deve tratar bem do ponto de vista profissional. E isso não tem sido feito.”

Cuidar de quem cuida

Falar de saúde em Portugal é também fazer referência aos muitos profissionais de saúde que trabalham em prol dos cidadãos. Dos médicos aos enfermeiros e dos farmacêuticos aos técnicos de saúde, passando ainda pelos auxiliares e pessoal administrativo, muitas foram as exigências que a pandemia colocou a estes homens e mulheres, tanto ao nível físico como emocional.

Mas, perante uma classe exausta, com poucos recursos e com contrapartidas pouco atrativas, o Presidente da SRNOM entende que “estes profissionais têm sido muito maltratados pela tutela”. Entre concursos abertos “de forma obtusa”, sem correspondência com as necessidades no terreno ou com as exigências do trabalho, e aspirações de jovens especialistas sem resposta, tem-se fomentado a emigração dos médicos ou o seu recrutamento para serviços privados. De todos os inscritos na OM, cerca de metade não labora no SNS e 50% dos médicos no SNS têm mais de 50 anos. Além disso, a sobrecarga de trabalho administrativo e assistencial tem conduzido estes profissionais a estados de cansaço próximos do esgotamento, evidenciando-se a necessidade de cuidar de quem cuida com medidas de incentivo profissional e motivacional.

“Programar uma resposta eficaz”

A pandemia do novo coronavírus é especialmente preocupante para os profissionais de saúde, quer pelo elevado risco de contágio, quer pelos utentes que veem dificultado ou atrasado o tratamento de outras patologias.

Segundo dados divulgados em agosto pela Organização Mundial de Saúde, os países europeus poderão estar atualmente perante uma segunda vaga de infeções, já que se tem registado uma média de 26.000 novos casos por dia. Embora os números apontem para uma estabilização da pandemia em Portugal, o Presidente da SRNOM, António Araújo, alerta para a necessidade de “programar uma resposta eficaz” para o próximo Outono e Inverno, pois os surtos de gripe antes da pandemia já impunham aos hospitais a utilização de recursos extraordinários. “Precisamos de planos de contingência que nos preparem para o pior cenário e esperando, claro está, que tudo corra bem”, defende, lançando um repto ao Governo para que salvguarde a qualidade da saúde praticada em Portugal, cuidando de quem cuida com “atitudes de relevo e consideração”.



“Não podemos continuar a prestar um serviço que esteja sempre no limite, pois perde-se a capacidade de contrariar adversidades inesperadas.”

Fomentar atempadamente as vagas, valorizar as carreiras e promover uma remuneração justa são as principais exigências do representante da OM no norte do país – um repto onde engloba ainda todos aqueles que trabalham em prol da saúde em Portugal.

Ordem dos Médicos: “Provedor do doente”

Ao longo de oitenta e um anos, a OM tem-se revelado fundamental na regulação da atividade médica em Portugal. Auditar, acreditar, certificar e regular são ações que demonstram o contributo da instituição para a Medicina e, sobretudo, para a qualidade dos cuidados de saúde. No entanto, a história da OM e, em particular, as ações encetadas nos últimos meses, demonstram que esta associação é também um “provedor do doente”, como descreve o nosso interlocutor. “Isso verificou-se, sobretudo, nesta época de pandemia, quando a OM se empenhou na defesa dos doentes com a emissão de regras ou criticando a tutela no sentido de salvaguardar a qualidade da saúde”, acrescenta António Araújo.

De facto, trata-se de um contributo que vai além da mera intervenção na esfera política e social. Em abril, devido ao elevado número de internados por Covid-19, surgiu no Porto um novo hospital de campanha para complementar os serviços prestados pelos hospitais de São João e Santo António. Idealizado pela SRNOM, em colaboração com a câmara liderada por Rui Moreira, as administrações dos hospitais em causa e o apoio de várias empresas e particulares, o Hospital de Campanha Porto, foi construído em apenas 17 dias, com uma capacidade de 320 camas e uma vasta equipa de voluntários. Além de complementar a resposta à pandemia, esta unidade de retaguarda veio mostrar a disponibilidade e espírito de compromisso dos profissionais de saúde portugueses.

Trata-se, pois, de uma instituição que goza de um enorme prestígio no seio da sociedade portuguesa, essencial na promoção e funcionamento de um sistema de saúde inclusivo e estável, bem como na prática de uma medicina de qualidade, humanista e em prol dos cidadãos. Ou, nas palavras do Presidente da SRNOM, “a OM tem um papel social preponderante tanto na regulamentação como na definição do futuro da saúde em Portugal”.